Comissão do Senado aprova honorários para advogados públicos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou o PLC 36/2016, que, além de reajustar os salários das carreiras jurídicas (advogados da União e procuradores federais, da Fazenda Nacional e do Banco Central), regulamenta os honorários para advogados públicos. Os valores serão pagos em frações de cotas de R$ 3 mil.

José Cruz/ABr

Senado deverá votar PLC que regulamenta honorários para advogados públicos ainda nesta terça-feira (12/7).

Cada servidor terá direito de receber essas frações de cota de acordo com seu tempo de serviço. Apenas advogados e procuradores com mais de quatro anos de exercício do cargo terão direito a cotas integrais. O PLC 36/2016 foi aprovado pela CCJ na última quarta-feira (6/7).

Além dos honorários e do reajuste salarial para as carreiras jurídicas, a CAE também aprovou aumentos salariais para militares, servidores da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União, da Advocacia-Geral da União, da Polícia Federal, do Banco Central, da Educação, da Cultura, do Desenvolvimento Agrário e de ex-territórios federais, além de outras 40 carreiras (como agentes penitenciários e médicos e técnicos de hospitais públicos).

Com a aprovação pela CAE, o Plenário do Senado deverá votar os projetos nesta terça-feira (12/7). A aprovação dos aumentos é resultado de um acordo, anunciado pelo senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), para que o presidente em exercício Michel Temer vete todos os dispositivos que pretendam criar cargos e a possibilidade de transposição de carreira.

Por esse acordo, foram rejeitadas todas as emendas de mérito aprovadas na semana passada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. Com isso, as propostas não precisarão mais retornar à Câmara dos Deputados. Os projetos aprovados são: PLC 30/2016, PLC 31/2016, PLC 33/2016, PLC 34/2016, PLC 35/2016, PLC 36/2016, PLC 37/2016 e PLC 38/2016.

A maioria dos reajustes está abaixo da inflação projetada para o período de 2016 a 2019. Entretanto, a presidente da CAE, senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), questionou o fato de o reajuste dos salários do servidores do Tribunal de Contas da União ser superior ao concedido aos funcionários de outros órgãos

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

federais.

Dinheiro sobrando
São 14 os projetos aprovados pela Câmara dos Deputados reajustando os salários de servidores federais. Dois deles foram aprovados pelo Senado e encaminhados à sanção — o PLC 26/2016 e o PLC 29/2016, que reajustam os salários dos servidores do Ministério Público e do Judiciário, respectivamente. Já o PL 4.244/2015, que reajusta os salários dos servidores do Senado, foi convertido na Lei 13.302/2016.

Nesta quarta-feira, a CCJ deverá votar três projetos que também promovem reajustes. O principal deles (PLC 27/2016) eleva o teto salarial do funcionalismo público federal ao reajustar os salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal, que passarão a receber R$ 39.293 a partir de 2017.

Os demais membros do Judiciário têm suas remunerações vinculadas ao valor dos salários do STF; portanto, o reajuste dos ministros implica também reajuste para juízes e desembargadores. O procurador-geral da República e o defensor público-geral da União também estão na fila para aumentos. Os projetos relativos a eles promovem reajustes proporcionais dentro das carreiras do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União. *Com informações da Agência Senado.*

Date Created
12/07/2016

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.